



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0002365-90.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Receptação**
 Documento de Origem: **IP - 042/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Denis Felipe Barasini**

Aos 15 de dezembro de 2014, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Fábio José Moreira dos Santos, Promotor de Justiça, bem como do defensor do acusado **DENIS FELIPE BARASINI** Dr. Joemar Rodrigo Freitas. **Ausente o réu** apesar de devidamente intimado. O MM. Juiz decretou a revelia do mesmo e determinou o prosseguimento do processo nos termos do artigo 367 do CPP. Prosseguindo, foi inquirida a testemunha de acusação Alfredo Marcelo Bonfim Vieira, em termo apartado. Ausente a testemunha de acusação Fabricio Bento da Silva. As partes desistiram da oitiva desta testemunha. O MM. Juiz homologou as desistências e declarou prejudicado o interrogatório do acusado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Dr. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. A prova do fato antecedente está a fls. 4 e 26, nos boletins de ocorrência que fazem referência ao registro nº 382/14-PLT/SC. A materialidade da receptação deflui do auto de exibição e apreensão de fls. 6. A responsabilidade do réu é evidente, posto que ele sequer controverteu a acusação. Em outras palavras, a revelia do réu colabora na prova da autoria do crime. O depoimento do policial ouvido na data de hoje tem a mesma qualidade, já que ele garantiu que o réu foi surpreendido na posse do veículo sem que tenha dado qualquer explicação razoável para o fato. Mesmo em polícia já se vislumbrava a incapacidade do réu de explicar a origem da motocicleta. Ante o exposto pela condenação do réu nos termos da denúncia, nada impedindo a fixação da pena no mínimo legal, em regime aberto de cumprimento e a substituição da pena privativa de liberdade. **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: Requer-se a absolvição do acusado com base no artigo 386, VII, do CPP. O artigo 155, do CPP, veda que a condenação se lastreie em prova produzida sem o crivo do contraditório. Não foram repetidas demais provas em juízo. Portanto, impõe-se sua absolvição. Subsidiariamente, requer a aplicação da pena-base no mínimo legal, uma vez que se trata de réu primário. Foi confesso na delegacia. De rigor, portanto, a aplicação da atenuante da confissão. Requer, por fim, fixação do regime inicial aberto e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Em seguida, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: **VISTOS. DENIS FELIPE BARASINI, RG 48.778.195/SP**, com dados qualificativos nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, § 3º, do Código Penal, porque no dia 29 de janeiro de 2014, à noite, em um bar no bairro Cidade Aracy II, nesta cidade, adquiriu de um indivíduo que não conhecia e disse se chamar João Carlos e morar no assentamento "São Carlos", uma motocicleta Honda CG 125, branca, placas BJW, pela qual teria pago R\$500,00 em dinheiro, não possuindo qualquer comprovação quanto tal pagamento. Apurou-se dois dias depois que a motocicleta era produto de furto praticado naquele dia da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

aquisição, e seu valor era de R\$1.500,00. Comprovada a receptação culposa foi feita a proposta de transação penal a Denis. Ele compareceu em audiência preliminar de que trata o artigo 72, da Lei 9.099/95, e aceitou a proposta de transação penal nos termos do artigo 76, mas não cumpriu a pena pecuniária transacionada, dando ensejo ao oferecimento da denúncia. Recebida a denúncia (fls. 61), o réu foi citado (fls. 70/71) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 81/82). Houve proposta de suspensão condicional do processo (fls. 84), porém o acusado não compareceu apesar de devidamente intimado (fls. 90). Havendo o prosseguimento do processo, designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foi inquirida uma testemunha de acusação, ficando prejudicado o interrogatório do réu ante sua ausência e decretação de sua revelia. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição por falta de provas. **É o relatório. DECIDO.** O réu foi surpreendido na posse de uma motocicleta que era produto de furto. Para justificar a posse o réu disse que havia adquirido a motocicleta de uma pessoa que não soube identificar e que teria pago por ele a quantia de R\$500,00. A moto foi avaliada por R\$1.500,00. O réu se desinteressou completamente do processo, deixando de cumprir a transação penal que lhe foi concedida e também não se interessou pela suspensão condicional do processo. A receptação culposa que lhe foi atribuída está cumpridamente demonstrada, pois adquiriu um veículo de pessoa desconhecida, por um terço do valor real e sem receber qualquer documento do mesmo. Existiam motivos de sobra para desconfiar da procedência ilícita do bem adquirido. Sua condenação é medida que se impõe. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA PARA IMPOR PENA AO RÉU.** Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60 do Código Penal, bem como que o réu é primário, faço opção pela pena de detenção, porque a de multa é insuficiente e o réu já deu mostras de que não pretende cumpri-la, porquanto não cumpriu a prestação pecuniária que foi objeto da transação (fls. 47), mas estabeleço-a no mínimo de um mês. Presentes os requisitos faço a substituição por pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade. **CONDENO**, pois, **DENIS FELIPE BARASINI** à pena de **1 (um) mês de detenção, substituída por um mês de prestação de serviços à comunidade, correspondente a trinta (30) horas**, por ter transgredido o **artigo 180, § 3º, do Código Penal**. Em caso de reconversão à pena primitiva, o regime será o **aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária porque é beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

M.P.:

Defensor: